

CONCURSO JUIZ LEIGO – TJMG - 2019
QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO
COMENTÁRIOS POR PROF. WALTINHO ALVES

QUESTAO 21, CADERNO 1 – PROVA JUIZ LEIGO TJMG

Ilustríssima banca examinadora, a questão objeto deste recurso deve ser anulada, pois se baseia em lei fora do edital.

Veja: DIREITO ADMINISTRATIVO - Princípios de direito administrativo. Administração pública. **A supremacia e a indisponibilidade do interesse público.** Ato administrativo. Fatos da administração. Discricionariedade administrativa. Administração pública direta e indireta. Centralização, descentralização e desconcentração. Autarquias. Fundações. Empresas Estatais. Agências executivas e reguladoras. As entidades paraestatais e o terceiro setor. Servidores públicos. Agentes públicos. Lei de responsabilidade fiscal. Responsabilidade do servidor público. Responsabilidade do Estado. A reparação do dano e a responsabilidade pessoal do agente público. Controle da administração pública. A administração pública em juízo. Meios de controle judicial da administração pública. Prescrição e decadência em direito administrativo. Improbidade administrativa. Mandado de segurança. Ação popular e ação civil pública.

Fundamentação: Para que o inscrito pudesse responder corretamente a questão deveria ter conhecimento do artigo 17, inciso I, da lei 8666/1993. Ocorre que, o edital não previu a cobrança da referida lei. O edital é ato normativo, que objetiva disciplinar o processamento do concurso público, chamado de ‘a lei do concurso’. Princípio da vinculação ao edital que determina, em síntese, que todos os atos que regem o concurso público ligam-se e devem obediência ao edital. A publicação do edital torna explícitas as regras que nortearão o relacionamento entre a Administração e aqueles que concorrerão aos seus cargos e empregos públicos. Inexistência de previsão expressa no edital do certame de cobrança da lei 8666/1993. Impossibilidade de a banca cobrar a referida lei na prova. Violação aos princípios norteadores do concurso público, notadamente àqueles que dizem respeito à legalidade, publicidade e vinculação ao edital.